



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DO NORTE

*Gabinete do Presidente*

1. - INTRODUÇÃO

1.1. - Parece que constitui fatalidade histórica viver-se em Portugal, com tranquila facilidade, repousado sobre cómodas "ideias feitas". Constroi-se o dogma e descansa-se sobre o dogma.

Por sua vez, a efervescência emocional aceita-se como se fora virtude; depois cultiva-se, domina e resulta válida motivação para a comunidade. O realismo sereno e objectivo - mesmo que analítico, ou assente em base demonstrável - merece olímpico desprezo, quando não superior repúdio, quadrando bem o gesto à boa ancestralidade latina.

Recusamos sistemática e colectivamente a mais elementar adesão aos princípios que informam o "espírito científico". Essa "materialidade rejeitável", tida como "tecnicismo torturante" ou também chamada "tecnocracia desumana" usa devolver-se, na falta de melhores capacidades, com energia sobranceira e sorriso de comiseração, para a fria Europa nórdica ou alpina, rival que julgamos ser da nossa invejável e morna quietude mediterrânica...

1.2. - O próprio ensino é entre nós um dogma e uma nobiliarquia.

Lisboa teve dificuldade em consolidar a aprendizagem das leis e o ensino de justiça, bem como dos conceitos e das técnicas para afeiçoá-la.

Coimbra era o alfobre exclusivo da jurisprudência, a ali-



*Gabinete do Presidente*

mentar por igual os caudais do consumo político e económico - o cérebro do Terreiro do Paço.

Na Universidade do Porto teve vida curta, mas brilhante, uma Faculdade de Letras, só há pouco reinstalada. Economia nasceu tarde e sob mau signo. Direito...nem pensar nisso. Faltava ao Douro a cristalinidade das águas do Mondego e ao Cabedelo a pureza serena do Penedo da Saudade!

Recorde-se que já na Primeira República, para complementar e diversificar a Universidade de Lisboa, não foi possível lógica e simples constituição de novos cursos, mas teve de ir-se à raiz do mal e criar uma nova universidade - a Universidade Técnica de Lisboa.

Aí estava o dogma constituído e a nobiliarquia institucionalizada: Coimbra - a cidade do espírito e dos doutores, a "lusa Atenas", Lisboa - a maxi-universidade, sem brasão ou pergaminho, muito requintada no seu plebeísmo burguês e antidemocrático; Porto - a universidade de "via reduzida", para uso da província, confinada a três ou quatro tipos de formação tradicionalizados e em progressiva deterioração rotinesca.

1.3. - E, assim, neste contexto e neste panorama da cultura "superior", chegamos à "democratização" do ensino, à "generalização" da cultura, à "diversificação" dos cursos e das formações, à "institucionalização" de um ensino superior de curta e de longa duração.

A tradicional universidade, fechada em auto-defesa inexpugnável, qual preservado reduto do saber e dos valores, reage violentamente. O poder político sorri, desconfiado e incrédulo, acabando por não tomar posição efectiva ou decidida. Entretanto lança-se a experiên



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DO NORTE

*Gabinete do Presidente*

de outras universidades - em diverso estilo, com renovados conceitos, a servir padrões originais e amplos: nada de enquistadas "faculdades", cediças e bolorentas; antes cursos abertos, departamentos arejados, curriculum optativo, larga interdependência organigramada.

A necessidade de novas instituições universitárias justifica-se não só para obter os efeitos da descentralização, mas para permitir o aparecimento de diversificadas formações, ao serviço de amplo leque profissional que satisfaça a procura específica dos sectores produtivos - dos serviços e das actividades económicas - como cumpre em país atrasado, ou em vias arrastadas e lentas de desenvolvimento.

Logo surgem as opções de localização, em ângulo de arranjo regional, ou mesmo ao invés do ordenamento do território e da estruturação do espaço geográfico...

Os bairrismos são verdadeira e confrangedora tragédia do minifúndio mental. Apraz-me, na oportunidade, reproduzir expressão que em certo momento me saiu legendária e espontânea - passe a imodéstia incontinente. É difícil às populações - e sobretudo às estruturas e às lideranças tradicionais - aceitar os empreendimentos que não estejam materializados no "quintal" dos afectos ou dos interesses de cada um (1).

1.4. - Eis aí as novas universidades, em arranque lento e difícil, não porque falte mérito ao esforço prodigioso de poucos.

A ausência de hábitos inovadores levou a que se baptizasse a nova universidade de Lisboa com a original designação de "Universi

---

(1) - Entrevista publicada em "A Capital" de 4 de Maio de 1973.



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DO NORTE

*Gabinete do Presidente*

dade Nova de Lisboa". Por mera casualidade, assemelha-se á Universidade de Nova Lisboa.

Em Évora, o Instituto Universitário nasce com a ambição de monopolizar o ensino superior agro-pecuário. Apesar da fácil busca de melhores justificações, domina aí o desejo de destruir, em Lisboa, a Escola de Veterinária e o Instituto de Agronomia. Recorde-se, a propósito, que essas duas instituições representam notável e evolutiva conquista da Primeira República que - em boa verdade - importa hoje reciclar.

A Universidade de Aveiro vem na sequência de herança estratégica dos equipamentos de telecomunicações da respectiva empresa pública, bem como da subutilização desse investimento e consequente marginalização da sua rentabilidade técnico-científica. Estavam lá os edifícios e a electrónica... Continua a desprezar-se o arranjo do espaço e a insistir-se no erro estratégico de sobreequipar estreita faixa litoral.

A Universidade do Minho, porventura mais justificável e segura de largos argumentos defensivos, aparece como instituição regional, ao serviço de vasta área densamente povoada, sem vinculação hegemónica ou partidária a qualquer dos pequenos e actuais aglomerados humanos. Vem na sequência de um fortalecimento urbano, descompensador da atracção polarizada do grande Porto, a tentar penetração decidida, mas cautelosa, para o interior rarefeito.

No quadro da hierarquização urbana, e ao abrigo do esquema-base de ordenamento do território, concebeu-se um centro populacional teoricamente capaz de crescer, a médio prazo, até aos 100 mil habitantes, para criação da primeira cidade portuguesa,<sup>(1)</sup>

---

(1) - Em paralelo (ou em competição?) com Sines.



## COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DO NORTE

*Gabinete do Presidente*

para além de Lisboa e Porto. Aí poderemos imaginar o início da institucionalização do "eixo Braga-Guimarães", conferindo-lhe consistência urbana, na tentativa de corrigir povoamento excessivamente pulverizado e disperso, e ainda para neutralizar estagnadora rivalidade entre duas mini-cidades do mesmo e artificioso e confinante espaço distrital. O eixo político poderá, por aí, começar a transfigurar-se em realidade económica, social e humana autossustentada. Se não estamos sempre e só a reformular ideias e estratégias, deveremos transformar a utopia de hoje em realidade de amanhã. Em alternativa, Braga será brevemente absorvida pela metrópole portuense e transformada num dos seus dormitórios.

Aquele atrevido empreendimento poderá ter arranque imediato á custa de um fortalecimento de serviços. A universidade e o parque industrial, com suas subseqüentes motivações urbanísticas e residenciais, podem constituir-lhe fecundo embrião. Complementarmente interessará que Braga e Guimarães cresçam em convergência - não em oposição e antagonismo como Póvoa de Varzim e Vila do Conde, a repelirem-se tradicionalmente por bairrismo municipalista.

A presumível urbe Braga-Guimarães até já dispõe de salutar pulmão, ou zona verde, que se chama prosaica ou pejorativamente "Falperra". Talvez, por isso, nunca venha a preencher tal função.

Veremos onde acaba e como se concretiza, por dificuldade de entendimento humano, o "campo universitário" - amplo, aberto e descongestionado - da sub-região litoral do Norte. Possivelmente resultará num constrangimento alternativo entre a mini-urbe bracara e o provincianismo vimaranense. Igual e duvidosa conjecturação se põe quanto ao implante do parque industrial.

Da decisão conjugada desses dois estruturantes equipamentos sociais poderá resultar encaminhamento para aquelas metas ou,

## COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DO NORTE

*Gabinete do Presidente*

em hipótese que não aponte tal objectivo, a inutilização definitiva dessa focagem para grandes espaços, ultrapassantes da usual mesquinhez, ou do escalão microscópico - único dimensionamento que as comunidades locais abrangem e entendem, e campo de análise que o urbanismo amplia, à escala da sua imaginação, para lhe afectar grandeza e justificar detalhes que não comporta.

1.5. - A Comissão de Planeamento da Região do Norte, defensora consciente da Universidade do Minho, sempre opinou, com segurança de dados positivos, ou mediante sensibilização que resulta de vasta análise global, pelo completamento da clássica Universidade do Porto, em termos de servir a grande metrópole que também é cabeça e sede regional. Aqui se julga imprescindível instalar uma faculdade de leis e de cultura filosófico-jurídica. Além, instituir cursos novos: produzir profissionais do ensino, voltados para as filologias e a investigação histórica, uma vez que lá se situa alfofre valioso e com largo repositório de monumentos bibliográficos, históricos, arquitectónicos e arqueológicos; ensinar ciências exactas e modernas tecnologias, para apoio à diversificação e reconversão de importantes tradições artesanais-industriais; preencher a lacuna sentida nos domínios positivos e experimentais das ciências bio-médicas, ao serviço de desprezada saúde pública, em zona densamente povoada e de profundo atrazo rural, até para descongestionar, diversificando-as, as tradicionais Faculdades de Medicina.

Entretanto assiste-se á criação, originalmente veloz, de outra Faculdade de Medicina no Porto. Para descongestionamento de emergência, conjunturalmente justificável, pareceria mais ponderado, lógico e suficiente desdobrar a velha faculdade.

1.6. - Carece a Universidade do Porto de uma Faculdade de Direito - deixando à novel Universidade do Minho os cursos e as ciências



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DO NORTE

*Gabinete do Presidente*

de administração e gestão de empresas - para preencher lacuna grave no leque estreito de escolas de que dispõe. Esta certeza, foi ponto de partida para o trabalho que a Comissão de Planeamento da Região do Norte agora apresenta, visando documentar uma sensibilidade há muito adquirida.

Múltiplos têm sido os argumentos apresentados em favor daquela pretensão, mas pareceu que seria importante procurar e dar a conhecer os indicadores reais sobre a população nortenha que procura, em Coimbra, o referido tipo de ensino.

A atitude debita-nos mais um contributo, acrescentado a tudo quanto já se tem dito e ao pouco que foi possível fazer em estudos e análises regionais.

1.7. - Sabe-se que os estudantes do Norte do País, quando optam por cultivar-se em ciências histórico-jurídicas, procuram sobretudo, como é natural, a Faculdade de Direito de Coimbra. Entende-se, assim, que uma análise estatística visando a mesma faculdade permitiria colher elementos significativos.

Daí ter-se lançado - com a pronta adesão e com a preciosa e eficaz colaboração daquela faculdade - inquérito directo aos respectivos discentes, no ano lectivo de 1974/75 e no momento das respectivas inscrições. Visou-se, sobretudo, a obtenção de indicadores referentes à origem dos alunos, em termos de área geográfica de origem.

Todo o processo decorreu ao cuidado dos serviços da secretaria da Faculdade de Direito de Coimbra (área, de resto, não abrangida nos domínios territoriais desta Comissão de Planeamento), que asseguraram o preenchimento dos boletins pelos alunos e se encarregaram de os reunir e remeter a esta Comissão.



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DO NORTE

- 8 -

*Gabinete do Presidente*

Obtiveram-se 1 299 boletins preenchidos, em população escolar que atingiu perto de 2 200 alunos, o que corresponde a uma amostra de 59%.


No presente documento reúnem-se os resultados referentes a cada uma das características prospectadas, já em análise isolada, já em relação às combinações de atributos que pareceram mais relevantes e caracterizadoras. Na última parte do trabalho ensaiou-se metodologia que se julga permitir o aprofundamento analítico da área geográfica de influência da Faculdade de Direito de Coimbra, como, ainda, a avaliação de uma provável distribuição dos alunos, caso venha a ser realidade - a nosso ver plenamente justificável - a institucionalização de uma Faculdade de Direito na Universidade do Porto.

Em anexo, juntam-se exemplares demonstrativos do tipo de inquérito lançado e da codificação subsequente.

1.8. - A metodologia, o arranjo orgânico, a análise dedutiva e o trabalho descritivo, estiveram a cargo da técnica desta Comissão Dr<sup>a</sup> MARIA ISABEL ESCUDEIRO DOS SANTOS AIRES, coadjuvada no apuramento dos resultados pela programadora Dr<sup>a</sup> Maria Helena Sampaio Maciel Barbosa.

Porto, Fevereiro de 1975

O Presidente da Comissão,

  
(Eng<sup>o</sup> António Eduardo Carneiro)